

[Página Principal](#) > [Formação, Redes Judiciárias e Agências](#) > [Luxemburgo](#)

Formação inicial de juízes e procuradores na União Europeia

Conteúdo fornecido por
Luxemburgo



Luxemburgo

Descrição geral

Nos termos da Lei alterada de 7 de junho de 2012 relativa aos *attachés de justice* (auditores de justiça), o processo de recrutamento e de formação inicial de futuros juízes e procuradores é organizado pela comissão de recrutamento e formação de *attachés de justice*. A comissão de recrutamento e formação é composta exclusivamente por juízes e procuradores, a maioria dos quais com o estatuto de presidente de um tribunal ou responsável do Ministério Público.

Os juízes dos tribunais comuns e dos tribunais administrativos e os procuradores públicos frequentam a mesma formação inicial.

Acesso à formação inicial

Os juízes dos tribunais comuns e dos tribunais administrativos e os procuradores públicos são todos recrutados de acordo com as mesmas modalidades e os mesmos procedimentos.

Para se poderem candidatar, os candidatos devem:

- ter a nacionalidade luxemburguesa;
- gozar plenamente dos seus direitos civis e políticos;
- estar em condições de apresentar todas as garantias de idoneidade exigidas;
- ser titular de um mestrado em Direito ou equivalente;
- ser capaz de falar e escrever fluentemente luxemburguês, francês e alemão;
- ter completado um estágio de advogado ou notário de, pelo menos, um ano;
- ter as capacidades físicas e mentais necessárias: é realizado um exame médico e um exame psicológico.

Existem duas vias de acesso ao sistema judiciário, a saber, o recrutamento por exame de acesso e o recrutamento com base em documentos.

Recrutamento por exame de acesso

O exame de acesso consiste em três provas escritas.

Os candidatos elaboram decisões judiciais ou atos processuais nos seguintes domínios: direito civil e processo civil/direito penal e processo penal/direito administrativo e contencioso administrativo.

As provas de recrutamento são organizadas pela comissão de recrutamento e formação. São os membros desta comissão que classificam os exames.

Os candidatos classificados em lugar elegível são recrutados.

Recrutamento com base em documentos

Se o exame de acesso ao sistema judiciário não permitir obter o número de *attachés de justice* fixado anualmente pelo Ministro da Justiça, a comissão de recrutamento e formação procede ao recrutamento com base em documentos.

Este método de recrutamento está aberto apenas aos candidatos que sejam titulares de um certificado comprovativo da conclusão de um estágio judiciário e que tenham exercido a profissão de advogado durante um período total de, pelo menos, cinco anos.

A comissão de recrutamento e formação convoca os candidatos para uma entrevista pessoal. Um psicólogo participa nas entrevistas e apresenta um parecer fundamentado sobre cada candidato.

A comissão de recrutamento e formação seleciona os candidatos aprovados. Os critérios de seleção dos candidatos são os resultados dos exames finais dos cursos complementares em direito luxemburguês e o exame de fim de estágio de advocacia, a experiência profissional, as eventuais qualificações complementares e as eventuais publicações.

Formato e conteúdo da formação inicial

Os *attachés de justice* estão sujeitos a um período experimental de 12 meses, que pode ser prorrogado por mais 12 meses. Compreende duas partes:

A primeira parte consiste na participação em cursos, seminários e visitas de estudo, bem como na realização de provas escritas e orais. Existe colaboração com a *École Nationale de la Magistrature* (França, ENM). A formação é realizada em Bordéus (França) e no Luxemburgo e tem uma duração de quatro meses.

A segunda parte consiste num estágio prático num tribunal ou numa procuradoria. Os *attachés de justice* são orientados por membros especializados do sistema judiciário e podem ser nomeados para substituir um juiz ou um procurador público. A avaliação incide nas suas competências profissionais e qualidades humanas.

Conclusão do processo de formação inicial e qualificação

Após a conclusão com êxito do seu período de estágio, os *attachés de justice* podem ser nomeados para as funções de juiz de um tribunal de comarca, de juiz do tribunal administrativo ou de procurador-geral adjunto.

Na ausência de vaga no sistema judiciário, as pessoas em causa podem ser nomeadas, a título definitivo, *attachés de justice*.

Última atualização: 26/05/2026

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.